

Aprovadas garantias à Constituição

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Na sessão de ontem da Assembleia Nacional Constituinte foi aprovada somente uma emenda ao Artigo 6º que trata dos direitos individuais e coletivos do cidadão.

A proposta do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que torna "crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia a ação de grupos armados civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático", foi aprovada por 281 votos contra 120 e 20 abstenções.

As outras quatro emendas aditivas que haviam sido destacadas para votação foram rejeitadas pelo plenário. Por 255 votos contra 110 e dez abstenções não entrou no texto constitucional a emenda do depu-

tado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) propondo que nenhum documento oficial permaneça sigiloso por mais de 30 anos, a contar da sua produção.

Duas emendas que tipificavam a prática de aborto como crime, também, não foram aprovadas. A emenda do senador Meira Filho (PMDB-DF) prevendo que todos têm direito à vida desde a concepção considerando o aborto crime recebeu 183 votos favoráveis, 170 contra e 30 abstenções. Diante desse resultado, a emenda do deputado Chagas Duarte (PFL-Roraima) que considerava o aborto crime, salvo se não houvesse meio de salvar a vida da gestante, foi considerada prejudicada.

O deputado José Genoíno (PT-SP), que também apresentou emenda sobre o

tema, porém, permitindo o aborto até 90 dias do início da gravidez, retirou sua proposta atendendo ao pedido do grupo de mulheres constituintes que preferiram discutir a questão em lei ordinária.

Depois de votadas as emendas destacadas, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) passou

para a deliberação das emendas não destacadas, que são votadas em bloco. As que receberam parecer favorável do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foram rejeitadas por 359 votos contra 45 e 29 abstenções.

O mesmo ocorreu com as de parecer contrário, por 399 votos contra nove e 22 abstenções.

Brossard: "Há um clima de incertezas"

por Edson Beú de Brasília

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse on-

GOVERNO

Presidente mantém sistema de comunicação

por Miriam Lombardo de Brasília

Apesar da notícia veiculada ontem, pela Folha de S. Paulo, de que um rádio-amador teria sintonizado, através de um aparelho de rádio-escuta, a frequência do sistema de comunicação do sítio do presidente José Sarney em São José do Pericumá, ouvindo, desta forma, todas as ligações recebidas pelo presidente Sarney no último final de semana, não será feita nenhuma troca de sistema.

Segundo o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, o presidente não quer modificar o sistema de comunicação — que funciona através de uma estação repetidora.

Para garantir maior sigilo nas conversas telefônicas do presidente Sarney enquanto ele estiver em São José do Pericumá, a Telebrasil instalará, no sistema já existente, um dispositivo para misturar as vozes, mecanismo que trará maior segurança.

tem que "não faltam desatinados para tocar fogo no País", como alertou, na sexta-feira, o presidente José Sarney. O ministro acha que a demora na elaboração da nova Constituição é a principal responsável pela crise que hoje enfrenta o governo, pelo "clima de incertezas" que a indefinição da futura carta gera no País. Ele não quis avaliar a proposta de "trégua" apresentada pelo deputado Ulysses Guimarães, como forma de acabar com o clima de antagonismo criado entre o Executivo e o Legislativo, propiciando melhores condições para ultimar o trabalho da Constituinte. "Mas, desde o início defendi um ambiente de transigências de composição, pois isso só pode beneficiar a Constituinte", ponderou.

Brossard acha que os constituintes perderam os primeiros cinco meses de trabalho "exaustivo", diluído nas subcomissões temáticas e na elaboração do regimento interno da Assembleia. O ministro foi irônico, dizendo que os parlamentares quiseram recriar os princípios constitucionais já universalizados.

CENTRAIS SINDICAIS

USI opõe-se a acordo de garantia de emprego

O acordo sobre garantia de emprego desagradou às três centrais sindicais. Tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) quanto a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) já se haviam manifestado contra a indenização compensatória como instrumento de garantia de emprego.

Ontem foi a vez de a União Sindical Independente (USI) fechar questão contra a proposta que, depois de intensas negociações, acabou por viabilizar o acordo de maioria para a aprovação da polêmica matéria.

A diretoria da USI reuniu-se à tarde na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio. Ela é a terceira central sindical e representa cerca de 15 milhões de trabalhadores de diversas categorias, embora a maioria das entidades filiadas seja do setor

de serviços e comércio. A decisão da central, contrária à indenização compensatória, foi comunicada oficialmente à noite ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e à liderança do PMDB, conforme apurou a Agência Globo.

Segundo o presidente da entidade, Antônio Pereira Magaldi, a classe trabalhadora não deseja ver embutida no texto da Constituição a palavra "indenização".

Magaldi afirma que, de acordo com a opinião unânime dos filiados à USI, essa fórmula enfraquece os assalariados. Da mesma forma que a CGT, presidida por Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", prefere a emenda que remete a questão para a legislação ordinária, também a USI prefere discutir a questão da estabilidade mais à frente.